

ENSAIOS SOBRE O MUNDO POLÍTICO NA MODERNIDADE

Essays about the political world in modernity

Thiago Rodrigo Nappi*

LOPES, Marcos Antônio. *O imaginário da realeza: cultura política ao tempo do absolutismo*. Londrina: Eduel, 2012.

Direito divino dos reis e absolutismo, honra e desonra, sociedade de corte e cultura aristocrática. Eis uma gama de termos que soam estranhos ao público leitor na atualidade. Isso porque são temas que remetem às sociedades europeias dos séculos do Antigo Regime, período no qual o Brasil se encontrava na condição de colônia portuguesa e, conseqüentemente, deficiente de estruturas governamentais autônomas. Naqueles tempos, monarquias como a França já estavam consolidando estruturas que, hoje, conhecemos por Estado moderno, com todo o aparato burocrático que lhe é típico, em termos weberianos.

Historiador que pratica o gênero história das ideias, em vertente contextualista, Marcos Antônio Lopes é autor de dezenas de livros sobre o pensamento histórico, em suas relações com o pensamento político ao longo da Época Moderna. Dentre seus títulos publicados, destacam-se: *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico* (Editora FGV), *Antiguidades modernas: história e política em Antônio Vieira* (Edições Loyola), *Idades da história: figuras e ideias do pensamento histórico moderno* (Edipucrs) e *Mestres do passado: clássicos da sabedoria política moderna* (Eduel).

De um ponto de vista teórico, e ainda que tenha demonstrado a forte influência exercida pelas ideias do Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner em seus trabalhos anteriores, neste recente *O imaginário da realeza*

* Mestrando em História pela Universidade Estadual de Maringá.

o autor percorre um vasto campo de estudos e vertentes teóricas sobre o poder político, servindo-se de uma série de outras correntes historiográficas. Lopes utiliza-se, sobretudo, da História Cultural praticada por um autor há muito consagrado entre nós, o historiador inglês Peter Burke, além de incluir em seu repertório de influências teóricas amplo elenco de autores da Escola dos *Annales*, especialmente os da terceira e quarta gerações. Seriam eles Philippe Ariès, Emmanuel Le Roy Ladurie, Roger Chartier, dentre outros. Importante frisar que Lopes não comete impertinências ao cruzar perspectivas teóricas diversas em suas reflexões sobre o poder político no Antigo Regime.

O imaginário da realeza é composto por oito capítulos. Se levarmos em conta o ensaio ilustrado final, na verdade contam-se nove unidades temáticas. “A virgem viril: perfil de Elizabeth I”, texto final, parece estar presente mais para embelezar a obra – haja vista as imagens oferecidas ao leitor – do que propriamente para complementar os assuntos do livro. No entanto, a presença de tal unidade não é totalmente despropositada, haja vista que a temática ali desenvolvida é também a realeza, no plano de suas dimensões simbólicas.

Nos demais capítulos, o debate teórico é intenso, podendo-se visualizar melhor o nível de erudição do autor em questão. Parece ser uma tarefa muito difícil, ou mesmo equivocada, investir numa análise desintegradora da obra. Com efeito, os textos que compõem *O imaginário da realeza* formam uma unidade bem articulada, ainda que se considere a riqueza dos assuntos desenvolvidos. Do primeiro ao último capítulo, o leitor tem a sensação de que não há arestas aparentes e que tudo se encontra em conexão. Os temas estão imbricados e cada objeto específico encontra-se na dependência ou na sequência dos demais. O filósofo setecentista francês Montesquieu afirmou que sua alma se prendia a tudo, tal parece ser a característica do olhar panorâmico de Marcos Lopes sobre o Antigo Regime; porém, como aquele mestre do passado, ele também sabe discernir muito bem as suas determinações múltiplas.

Considerando o conjunto da obra, parece ser interessante realizar a sua análise dividindo-a em blocos, abandonando a ordem apresentada no sumário. Assim sendo, não deixa de ser profícuo estabelecer três unidades para nossa avaliação. Tendo em vista a temática de cada texto, tem-se o seguinte quadro: 1ª parte: “Anarquia e ordem” e “O espírito de uma época”;

2ª parte: “Fachadas cênicas”, “Um modelo para o universo” e “O direito divino dos reis”; e 3ª parte: “O teatro das colisões”, “A jurisprudência dos sabres” e “Os delitos e as penas”. Não se trata aqui de desintegrar o conjunto, mas tão somente pontuar questões centrais, os “pontos altos”, digamos assim, de cada um dos artigos que dão vida a *O imaginário da realeza*.

Nos dois primeiros capítulos, aqui tomados livremente como primeira unidade do livro, o autor busca estabelecer uma ideia geral do que eram as sociedades da Época Moderna, especificamente na monarquia francesa, discorrendo acerca de suas estruturas e das instituições que a moldaram. É afirmado ao longo de “Anarquia e ordem” que todo o esplendor que foi a vida da nobreza e dos reis – especialmente sob Luís XIV – se deu em meio a uma miséria extrema que a grande maioria dos franceses experimentou ao longo do *Ancien Régime*. Alguns traços são citados como constituintes do *ethos* dessa sociedade e o principal dentre eles parece ter sido a hierarquização social por distinções honoríficas, os conhecidos privilégios de sangue. O desejo que esteve na ordem do dia, tanto para a nobreza quanto para a burguesia ascendente, era desfrutar do prestígio social facultado pelo privilégio. Uma vida de ostentação e *glamour* passou a ser sonho de consumo por toda parte. E todas as cortes europeias queriam assemelhar-se à francesa. Afinal, a nobreza precisava distinguir-se das pessoas comuns, no que foi bem-sucedida: tempo e recursos eram facultados pelo poder régio, que a tudo observava e controlava.

Os reis franceses do Antigo Regime gozaram de uma imagem pública que os alçaram à categoria de seres incomuns e, como explicita o autor no capítulo intitulado “O espírito de uma época”, todos ratificavam essa ideia da autoridade dos reis por direito divino no reino da França. Isso deu margem para Luís XIV pretender ser o Senhor do Universo, o maior monarca que a história humana produziu em todos os tempos. Para Voltaire, a era de Luís XIV fora o período mais esplendoroso de toda a história francesa e até mesmo europeia. Mas fora também um desastre para Montesquieu, que enxergou a França sob o Rei Sol como um mundo à beira do despotismo. Contudo, Marcos Lopes desmistifica a visão de que esses regimes políticos da Modernidade, que posteriormente foram intitulados como absolutos, foram mesmo sem freios e impedimentos. Isso porque tais regimes, apesar de já fortemente centralizados nas mãos dos monarcas, contavam com inúmeros direitos de tradição, sempre muito lembrados pelos segmentos

sociais durante todo o período. A própria presença de uma nobreza ciosa de seus privilégios é bom exemplo de tal fato.

Na parte dois, que engloba três artigos e que tem como eixo temático alguns dos mais relevantes monarcas franceses da Modernidade, destaca-se o espetacular Luís XIV. Em “O direito divino dos reis”, Lopes engenhosamente articula algumas ideias acerca desta teoria política, atualmente muito desprezada como tema de relevo, já que, para os reformadores sociais de plantão, tudo isso não passa de um assunto morto, que apenas merece fazer parte das considerações gastronômicas das traças em velhas estantes. Mas, ao se pensar assim, a importância e a influência que as teorias do direito divino tiveram e exerceram em seu mundo histórico específico ficam eclipsadas e, de um ponto de vista do rigor contextual, bastante prejudicadas. Ao analisar as páginas dedicadas ao assunto, ou seja, as justificativas teológico-políticas do poder soberano no Antigo Regime, o leitor pode perceber que o tema esteve muito presente na literatura filosófica da época, constituindo-se em objeto de trabalho de grandes figuras. O bispo oratoriano francês Bossuet, o escritor inglês Bullinger e até mesmo os reis Jaime I e Luís XIV, que legou para a posteridade as suas *Mémoires*, desenvolveram entusiasmas reflexões acerca de uma legitimidade do poder político fundada na vontade de Deus. O que Lopes quer deixar claro, e de modo bem fundamentado, é que o poder político de algumas monarquias modernas teve no direito divino dos reis a sua fonte de legitimação, o que culminou no seu reconhecimento e ampla aceitação pública. Fora de uma perspectiva de tal natureza situa-se a fúria de cupins raivosos, que simplifica a análise de fenômenos históricos extremamente complexos e já perdidos no tempo, e por isso mesmo desprovidos da necessária “relevância social” para orientar atitudes práticas no presente. A presença da doutrina do direito divino dos reis se fez marcante, sobretudo no século XVII; daí as afirmações de que Luís XIV seria como uma representação de Deus sobre a Terra. Ou mesmo outras mais audaciosas, que o comparavam a Deus mesmo, Deus sendo a cópia! Embalado por essas concepções, o monarca pretendeu por toda sua vida e por seu longuíssimo reinado ser o maior entre seus pares, ser o ponto de referência para tudo e para todos. Em outro capítulo, “Um modelo para o universo”, o leitor poderá formar uma boa visão acerca do fascínio que ele efetivamente exerceu sobre seus contemporâneos. Todos à sua volta o adoraram e temeram. À época, o efeito de sua majestade inibidora ficou conhecido como *l'éclat*

royal, que seria algo assim como um brilho tão intenso que paralisava a todos, deixando até as maiores personalidades trêmulas e aturdidas. O meio pelo qual o monarca realizava-se era a representação pública intensa e ostentatória, criando um efeito de glórias infinitas. A dramatização do poder régio, como descrita no capítulo “Fachadas cênicas”, teve eficácia inegável na França Moderna, enriquecendo os mitos políticos e robustecendo todo o simbolismo de que a monarquia se fartou.

Parece mesmo que Luís XIV atingiu aquilo que sempre teve por meta: possuir amplo controle sobre os que o rodeavam. De fato, ele teve grande poder, a começar pela nobreza. Isso fica muito bem entendido no capítulo “O teatro das colisões”, que integra a terceira parte da divisão de leituras por blocos que foi estabelecida nesta resenha. Por séculos, a corte foi considerada como eficaz instrumento de dominação política e isso chegou ao seu ápice com o governo do Rei Sol. Foi no interior dessa sociedade de corte – expressão consagrada pelo sociólogo alemão Norbert Elias – que o “maior monarca do Universo” manipulou a nobreza, reduzindo-a a uma condição de servilismo. Tratou-se de uma engrenagem na qual o rei era o eixo, com os nobres gravitando ao seu redor e de maneira competitiva e desordenada. No âmbito da sociedade de corte, as disputas eram as mais acirradas, daí a frequência das tais “colisões” entre os pequenos astros que compunham o sistema. O individualismo prevalecia, pois cada um buscava o prestígio social a qualquer custo, tentando desbancar os seus pares na ordem de preferência do monarca. Vivendo em uma atmosfera de artificialidade, os nobres se encontravam num verdadeiro “pântano hobbesiano”, expressão muito bem cunhada por Marcos Lopes. Isso para dizer que todos eram inteiramente livres apenas para obedecer ao príncipe e seguir prontamente as suas deliberações caprichosas, haja vista coincidirem com as determinações do poder soberano.

Na corte da realza solar, a sociabilidade entre os nobres se deu por meio de um cerimonial pautado por uma complexa etiqueta, que ditou os modos de vida entre eles. Dessa maneira, os ânimos exaltados da antiga nobreza encontraram um freio eficaz. Entretanto, em tempos anteriores ao advento de Luís XIV, nos quais a centralização do poder estatal era mais fraca, as diferenças entre nobres eram dirimidas pela força. Todo esse instigante processo histórico da nobreza em busca de sua honra chegou, nos séculos XVII e XVIII, à tentativa de punir quem fizesse justiça com as próprias

mãos. Esse é o tema dos dois capítulos que restam, “A jurisprudência dos sabres” e “Os delitos e as penas”. Para os interessados em cultura nobiliárquica, em se tratando de temas como os sentimentos de honra e desonra, por exemplo, aqui é o ponto alto de *O imaginário da realeza*. A partir da leitura desses dois textos, é possível afirmar que os sentimentos de honra é que ditaram, de maneira enfática, os comportamentos da aristocracia ao longo de todo o Antigo Regime. O autor afirma que as querelas relativas à manutenção da honra foram parte de antigas tradições, heranças bem ativas ao longo da Época Moderna. De fato, houve realmente períodos nos quais ser detentor de honra e glória era mais importante do que o próprio direito à vida. Em termos mais drásticos: era melhor ser um defunto honrado do que viver em desonra. Esse princípio moral encontrava-se bem fundamentado em toda uma complexa literatura de época e isso tanto no plano filosófico como no ficcional, haja vista exemplos dados por grandes autores, como os espanhóis Lope de Vega e Miguel de Cervantes e os franceses Molière e Lesage, dentre outros bem numerosos. A principal fonte histórica utilizada por Lopes para fundamentar a singularidade da honra ao longo do Antigo Regime é o *noble de robe* Montesquieu, autor que pode ser apontado como um defensor dos sentimentos aristocráticos, pois a nostalgia com que os apresentou em seus eloquentes escritos pela sociedade hierárquica que gradualmente se desfigurava é muito explícita.

As disputas pela preservação da honra assumiram diferentes aspectos ao longo da Época Moderna, afinal, a própria honra possuía características diversas. Ora estava ligada à honra feminina, com a preservação da pureza e castidade das belas e amadas donzelas, ora se dava entre desentendimentos entre os nobres. Questões sem a menor importância poderiam ser transformadas em algo bem maior, em coisas que deveriam ser passadas a limpo no calor da hora, isto é, lavadas em sangue. A reparação imediata das ofensas estava na ordem do dia e a vingança era realizada por meio de duelos, em combates por vezes mortais. Contudo, com o processo civilizador avançando na direção de uma sociedade pautada por hábitos civilizados, aliado ao fato da centralização do poder, a frouxidão das leis civis foi progressivamente reduzida. O Estado monárquico tomou para si a resolução dos conflitos particulares e os “expedientes extraordinários” (a força e as armas) acabaram por serem tipificados como crimes de lesa-majestade já em meados do século XVII. Claro está que a força das tradições fez com

que os duelos entre iguais continuassem presentes na sociedade, apesar das interdições da justiça.

Em síntese, pensando na obra como um todo, vê-se que o historiador Marcos Antônio Lopes, autor já reconhecido pelos seus estudos desenvolvidos sobre a Modernidade política e ainda nos campos da História da Historiografia, não poupou esforços em transportar o leitor para um mundo de curiosidades tão diversas e distintas. De fato, o mundo histórico que ele nos revela é-nos culturalmente bem estranho. Mas, deve-se atentar sempre que essa outra realidade, que poderia soar como algo absurdo para os presentistas mais engajados e carentes de sentido histórico, não está muito distante de nós, afinal, ela existiu há apenas algumas centenas de anos; uma realidade histórica tão recente, diria Norbert Elias! Em suma, Lopes consegue êxito ao realizar a tarefa à qual se impôs, que é discorrer sobre uma cultura política em que vicejaram costumes aparentemente bizarros e até absurdos. Por isso mesmo, talvez seja pertinente dizer que *O imaginário da realeza* desempenhará um papel didático bastante útil no campo de estudos sobre o fenômeno do absolutismo.

Recebido em fevereiro de 2013.

Aprovado em novembro de 2013.